
EDITORIAL

A CAPES DE NOVO! Na GEOUSP número 4 iniciamos um questionamento a propósito da avaliação realizada, por uma Comissão da CAPES (formada por colegas da Geografia) escolhida para avaliar os programas de pós-graduação em Geografia no Brasil.

A atitude desta comissão gerou, neste Departamento, uma extensa polêmica sobre o sentido e as bases nas quais deveria se basear uma avaliação séria e acadêmica. Algumas questões nortearam este debate: QUE PROPOSTA DE UNIVERSIDADE SUSTENTARIA A AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL? SERIA POSSIVEL PENSAR EM PARÂMETROS E MODELOS RÍGIDOS PARA AVALIAR AS CIÊNCIAS HUMANAS? SERIA POSSÍVEL APLICAR OS MESMOS PARÂMETROS PARA TODOS OS CAMPOS DE CONHECIMENTO? QUAL SERIA, NESTE CONTEXTO, A ESPECIFICIDADE DA GEOGRAFIA?

Tendo como ponto de partida o Relatório de Avaliação da CAPES, daquele ano, iniciou-se, primeiramente, no Departamento de Geografia da FFLCH-USP, um debate sobre o processo de avaliação, que acabou sendo aprofundado no âmbito nacional a partir da coordenação da ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia.

Deste debate, o colegiado de pós-graduação em Geografia elaborou um documento com os parâmetros norteadores da avaliação dos programas capazes de contemplar a pluralidade das posições teórico-metodológicas que estão na base da constituição do pensamento geográfico brasileiro, sem aprisionar a pesquisa num modelo hegemônico. Como conseqüência, a avaliação se imporia a partir de uma crítica séria e profunda dos programas, de modo a fortalecer a pesquisa geográfica, enquanto trabalho acadêmico, que se propõe desvendar a realidade brasileira e pensar o futuro. Este do-

cumento serviu de base ao trabalho da comissão de avaliação coordenado pela professora Lucia Girardes.

Uma segunda conseqüência deste debate foi a escolha, pelo colegiado, dos membros que deveriam compor a próxima comissão de avaliação, com o compromisso desta ser implementada pela representante de Geografia na CAPES.

Foi assim que a comissão eleita iniciou um longo, conseqüente e sério processo de avaliação que incluiu visitas a todos os programas de pós-graduação no Brasil, com o objetivo de conhecê-los melhor. Foi assim que conversaram com professores e alunos, visitaram as bibliotecas dos programas, mantiveram contato direto com os laboratórios de pesquisa e com os trabalhos de pesquisa, realizados no território nacional. Coube, também, a esta comissão fazer um acompanhamento de dois relatórios anuais dos programas, que somadas as visitas permitiram uma avaliação impar.

Qual não foi nossa surpresa quando soubemos que o CTC da CAPES havia desconsiderado a avaliação dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, realizado pela comissão. Mais ainda o CTC se julgou no direito de "sabatinar" (uma expressão usada por um de seus membros) nossa representante de forma pouco acadêmica e bastante autoritária.

O CTC também encaminhou um documento, em um tom bastante desrespeitoso, colocando em dúvida a lisura da comissão avaliadora; afirmando que a área avaliou-se mal e que deveria normalizar seus parâmetros com as demais áreas. Cabe salientar que a comissão de Geografia nega ter tido parâmetros diferenciados em relação às outras áreas. Nossa representante também teria recebido um tratamento pouco respeitoso da representante da Área de Humanidades professora Maria Arminda Arruda

da nossa FFLCH-USP, o que nos causa estranheza e profunda revolta. Afinal, se os médicos são incapazes de entender a importância da Geografia no desvendamento da realidade brasileira esta não deveria ser ignorada pela representante da área de Ciências Humanas no CTC.

Fica o relato de nossa representante que julgou ter sido tratada de modo indigno pelo CTC que, claramente, deu aos programas de pós-graduação tratamento diferenciado, possibilitando a conclusão que nossa disciplina foi tratada como "ciência de segunda classe"

E nós que acreditávamos estar longe os tempos da ditadura!

Nossa proposta é que os programas de pós-graduação, em Geografia no Brasil, se unam para refletir sobre o comportamento do CTC da CAPES e seus possíveis desdobramentos. Convém não esquecer que se as áreas estão sujeitas a um tratamento diferenciado, isto, certamente, prejudicará as verbas de pesquisa para a Geografia, já que o comportamento do CTC parece apontar para o fato de que não há "excelência em Geografia"

Ana Fani Alessandri Carlos